

SINDSEF-SP

Contra o RACISMO

CSP
Cidades

COINSEF



“NÃO HÁ CAPITALISMO SEM RACISMO”

(Malcolm X)

A pesar da importância, o debate sobre a questão racial constantemente é tratado de forma superficial. O Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, é uma homenagem a Zumbi dos Palmares, assassinado pelos bandeirantes com o objetivo de coibir uma ação política progressista contra o regime daquela época. Porém, a história do povo negro ainda é retratada de forma equivocada. É necessário dar visibilidade ao dia 20 de novembro, mostrar que a libertação dos escravos não foi ato de bondade, e sim, resultado de intensas lutas, resistência e muita coragem.



CULPADOS ATÉ QUE SE PROVE O CONTRÁRIO

Para impor controle e disciplina sobre toda a população negra (escravizados ou libertos), foram adotadas leis e restrições que implicavam na investigação sistemática e no controle constante dos negros.

No século XIX, essa política opressiva, que teve ramificações em todas as esferas da vida social, aperfeiçoou-se e estendeu-se de tal forma que, nas palavras da professora Silvia Hunold Lara, “não mais este ou aquele escravo ou liberto, mas toda a população negra foi colocada sob suspeita”.

Ainda hoje, a opressão, o preconceito e o mito da inferioridade estão presentes no cotidiano desta parcela da sociedade. São constantemente utilizadas para justificar o pagamento de salários rebaixados e as investidas policiais, que vitimam principalmente os jovens negros. Tudo servindo à lógica de exploração do sistema capitalista.

LIVRES...

A Lei Áurea, não por acaso, coincidiu com a entrada do Capitalismo em sua fase de industrialização, quando a própria existência da figura do escravo (ou seja, de um trabalhador não-assalariado) confrontava-se com a necessidade de aumentar o mercado consumidor.

É importante ressaltar que, apesar do capitalismo não ter “inventado” o racismo é, sem sombra de dúvidas, o sistema que mais se beneficiou com ele, como também lhe deu um novo e mais complexo caráter: a combinação da explora-

ção sócio-econômica e da opressão racial, entrelaçadas pela profunda divisão de classes.

Jogados das senzalas para as periferias e da escravidão para o desemprego ou subemprego, a partir do final do século XIX, negros e negras passaram a compor um permanente e gigantesco “exército de reserva” para a crescente patronal que surgia no país. Uma situação que não só se consolidou e foi ampliada no século 20, como também ganhou novas proporções a partir do processo de Globalização.

CHEGA DE PRECONCEITO

Pelo fim da discriminação e da exploração!

TRABALHO IGUAL SALÁRIO IGUAL!

Negros, Mulheres e LGBT na luta dos trabalhadores por:

- ▶ Aumento geral dos salários. Equiparação salarial entre homens e mulheres, negros e brancos, LGBT e heterossexuais;
- ▶ Criação em período integral para todos os filhos de classe trabalhadora;
- ▶ Licença remunerada de seis meses para todos, sem limite fiscal, entre 0 e 1 ano. Licença paternidade de 30 dias;
- ▶ Reconhecimento do estágio homossexual. Direitos iguais para todos homossexuais, com os direitos trabalhistas e previdenciários;
- ▶ Criminalização da homofobia: aprovação do PLS 122 original;
- ▶ Combate ao Racismo Institucional do estado brasileiro. Trabalho para os termos dos quilombos;
- ▶ Cotas raciais nas universidades. Implementação da Lei 10.639 (Lei da obrigatoriedade de História da África);
- ▶ Pelo fim do racismo moral e sexual;
- ▶ Fortalecer as organizações de base (CPAs, Delegacias sindicais etc) como instrumentos de luta contra o racismo, o machismo, a misoginia e a homofobia.



POPULAÇÃO NEGRA É MAIORIA NO BRASIL

O censo 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou que a população negra é maioria em nosso país. O estudo mostra que os negros, que se declaram pardos e pretos, correspondem à 96,7 milhões de indivíduos ou 50,7% da população.

O aumento da participação da população negra se deu em todas as Unidades Federativas (UFs) e foi maior que a variação nacional – de 13,6% – em oito estados. Pará, Bahia e Maranhão figuram como os estados com maior participação de

pretos e pardos (em torno de 76% da população total em cada um). Por sua vez, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro congregam 45% da população preta e parda do país.

No entanto, a essa maioria é imposto um tratamento desigual, permeado pelo preconceito racial. A mesma pesquisa apresentou um considerável aumento no número de óbitos da população negra. Enquanto em 2002, proporcionalmente, morreram 45,8% mais negros do que brancos, em 2010 este aumento chegou a 139% de negros assas-

sinados a mais do que brancos, ou seja, muito mais do que o dobro.

Enquanto a taxa de homicídios para a população total em 2009 era superior a 26 óbitos por 100 mil habitantes, a taxa para jovens de 15 a 29 anos ultrapassava o dobro deste índice (55,7). Mas a coisa piora quando conferimos os números entre os jovens negros na mesma faixa etária: A taxa de homicídios em 2009 neste grupo superava em 138% a mortalidade entre jovens brancos. (fonte IPEA - “Dinâmica Demográfica da População Negra Brasileira”)

OS NEGROS NO SERVIÇO PÚBLICO

O setor público no Brasil era responsável direto, em 2009, por 11,8% do total de ocupados no país. O estudo do Ipea considera ocupação no setor público como as atividades exercidas na administração pública direta ou indireta, por meio de diferentes modalidades de vínculos trabalhistas: funcionário público estatutário; militar; e empregado – dentro desta última categoria, estão os empregados públicos, os servidores em cargo de comissão e os servidores temporários.

Segundo dados da PNAD 2009, a maioria dos ocupados no setor público (61,8%) mantém vínculo como funcionário público estatutário e militar. As mulheres apresentam maior participação no setor público, com destaque para a participação de mulheres brancas, 45% superior à participação deste grupo entre os ocupados. No entanto, a situação se inverte quando se analisa a participação por área da ocupação.

No setor público federal, que



Painel sobre COMBATE ÀS OPRESSÕES, realizado no 17º Congresso do Sindsef-SP.

oferece posições, em média, mais bem remuneradas, a participação dos homens é sobrerrepresentada. As mulheres negras, grupo com menor participação no serviço público federal, representam apenas 12% dos trabalhadores nesta esfera, o equivalente a metade de sua participação no serviço público de forma geral.

Em relação aos rendimentos, o setor público, apesar de exibir nível de desigualdade um pouco menor, reproduz a hierarquia constatada na análise agregada das ocupações. Nela, os homens brancos situam-se no topo, seguidos pelos homens negros, pelas mulheres brancas e

pelas mulheres negras, nesta ordem. Neste campo, como é percebido em outros indicadores de mercado de trabalho, a desigualdade de gênero é responsável pela maior parte da diferença verificada, para o mesmo nível de escolaridade, embora a diferenciação racial se mostre presente de forma acentuada.

As mulheres negras, por sua vez, vivenciam condição agravada pela interseccionalidade dos efeitos das discriminações de gênero e raça. Entre os profissionais com acesso ao ensino superior (12 anos de estudo), as mulheres negras ganham, em média, menos da metade de um profissional branco. Esta desigualdade encontra explicação não apenas nas discriminações de gênero e raça, mas também na forma de inserção na ocupação. Como discutido anteriormente, as mulheres, especialmente as mulheres negras, estão sub-representadas na área de emprego e nas atividades com melhor média de remuneração e nos cargos de direção ou maior prestígio.



AS FACES DA VIOLÊNCIA

Com o fim da escravidão os negros foram colocados à margem da sociedade. Sem perspectivas, se viram presos a grilhões tão perversos quanto aqueles da época do cativeiro: o do preconceito, o da discriminação e o do racismo. Todos eles articulados e impulsionados pela concepção de “raça”, uma criação ideológica, desenvolvida no século XIX e contrária, inclusive, às concepções científicas, mas que serviu de base para o desenvolvimento do racismo.

Violência policial - A atuação da polícia militar no estado de São Paulo tem sido extremamente violenta, pode se afirmar que no segundo semestre de 2012 uma guerra foi instaurada entre a PM e o PCC, a onda de violência já matou 200 em apenas um mês. Mais uma vez negros e pobres são os mais afetados.

“Aos olhos da sociedade brasileira o negro não só é um criminoso em potencial, mas um mal que deve ser eliminado da sociedade. Assim a população negra é exterminada independentemente de haver ou não guerra entre a polícia e facções criminosas. O que muda na situação é que, quando há confronto entre polícia e PCC a sociedade legítima que o aparato policial se transforme em juiz, júri e executor”, denuncia José Eduardo Rosa (Buiú), integrante do Rosas Negra, coletivo de combate ao racismo em Mauá.

E continua: “A PM é uma das pontas de linha de exclusão, controle

e, na impossibilidade de controle, extermínio”.

Em suplemento especial da PNAD 2009, identificou-se que 1,6% dos entrevistados já haviam sofrido algum tipo de agressão física. Entre os jovens (15 a 29 anos), esta porcentagem sobe para 2,1%, com diferenciação entre jovens brancos (1,8%) e negros (2,4%). Entre os jovens agredidos, 4,8% dos brancos e 7,5% dos negros tiveram como agressor um policial ou um agente de segurança privada. Por sua vez, a PCERP revelou que a relação com a Justiça e a polícia foi considerada por 68,3% dos entrevistados como um dos campos em que a cor ou a raça influencia a vida das pessoas (IBGE, 2011). Esta avaliação se mostrou mais intensa entre os jovens e entre os negros.

A prevalência dos negros entre os assassinados no país não raro é naturalizada, uma vez que são es-



tes os que ocupam as posições de menor renda e acessam níveis mais precários em termos de condições de vida. Esse quadro de extrema violência com recorte racial tem sido qualificado como genocídio e extermínio da população negra – em especial, da população jovem.



Faxina étnica – Outro fator de violência é o processo de especulação imobiliária e remoções urbanas. Uma política voltada a remover comunidades pobres, formada em sua ampla maioria por negros, para lugares mais afastados, em favorecimento da especulação onde ocorrerão os mega eventos (olimpíadas e copa do mundo).

Mercado de trabalho - Diferentes estudos demonstram que, a despeito da expressiva participação da população negra na sociedade brasileira e do aumento do auto-reconhecimento racial – revertendo-se, aos poucos, o ideário do embranquecimento, o racismo e o preconceito seguem exercendo influência importante na vida das pessoas, em todos os campos das relações sociais. A desconstrução do racismo e a promoção da igualdade racial continuam a ser um desafio.

A população negra, considerando-se a desigualdade de gênero, é campeã nos índices de desocupação. Com a finalidade de mudar esta realidade a implementação de ações afirmativas, tanto nas universidades, quanto no setor público e privado, são indispensáveis para buscar a igualdade racial.

INTENSIFICAR A LUTA CONTRA O RACISMO



Plenária do Quilombo Raça e Classe durante o 1º Congresso da CSP-Conlutas

O Sindsef-SP e o Quilombo Raça e Classe defendem um programa de “Raça e Classe”, pois entendem que o único caminho para combater o capitalismo é, obrigatoriamente, incorporando um programa anti-racista.

Neste sentido o sindicato tem realizado, e se incorporado, em diversas atividades com a finalidade de levar à categoria uma reflexão sobre este debate. A partir do próximo ano a Secretaria de Luta contra Opresões será mais uma ferramenta para isto.

- Salário Igual para trabalho igual, negros e brancos, homens e mulheres, contra a partida de direitos sociais e trabalhistas;
- Defesa intransigente das trabalhadoras (os) que sofrem com assédio moral, racial e sexual, fruto das mazelas do capitalismo, do machismo e do racismo;
- Contra a criminalização dos movimentos sindicais, sociais e da pobreza, pela titularização das terras quilombolas, indígenas e moradia digna para os trabalhadores;
- Em defesa das políticas de cotas raciais, das políticas afirmativas e de reparação, nas universidades, no mundo do trabalho e em todos os espaços onde não esteja refletida a realidade populacional negra;
- Não ao pagamento da dívida pública; pelo fundo de reparações, já!
- Fora as tropas do Haiti, pelo fim da ocupação da Minustah e da ONU.



Encontro de Mulheres Negras do Sindsef-SP.



Manifestação do Quilombo Raça e Classe.